

Âncora vence primeiro desafio na Câmara

Casa aprova, com ampla margem, o regime de urgência do projeto de lei da nova regra. Aval dos deputados garante tramitação mais célere do texto, que pula a fase de comissões e será votado na terça ou quarta-feira da semana que vem

RAFAELA GONÇALVES

Com 367 votos a favor e 102 contra, a Câmara aprovou o requerimento de urgência para acelerar a votação do novo arcabouço fiscal. Com isso, o projeto deve furar a fila e ser colocado em apreciação diretamente no plenário, sem passar por comissões. A expectativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), é submeter o marco fiscal para avaliação dos deputados na terça-feira ou na quarta-feira.

O placar foi comemorado por aliados do governo, pois a votação serviu como termômetro para a apreciação da proposta em si. Blocos liderados por União Brasil-PP e MDB-Republicanos encaminharam favoravelmente, assim como a federação PT, PCDeB e PV.

Apenas três partidos votaram contra o requerimento de urgência. O PL se opôs por defender a manutenção do teto de gastos. A federação PSol-Rede, que é da base governista, justificou que gostaria de mais tempo para discutir o regime fiscal e se mostrou resistente a critérios de limitação previstos no requerimento. O Novo, por sua vez, reivindicou uma tramitação por meio de comissão especial, no lugar do regime de urgência.

O relator da proposta, Cláudio Cajado (PP-BA), definiu a pauta como "a lei mais importante deste ano" e pediu que os parlamentares votassem "deixando de lado questões ideológicas". "Esse marco fiscal, que nós denominamos regime fiscal sustentável, tem conceitos extremamente importantes, porque parte de um pressuposto de que, em momentos de abundância, pujança, nos temos condições de fazer as políticas públicas serem efetivadas, com

Zero Ribeiro/Câmara dos Deputados



O requerimento de urgência foi aprovado por 367 votos a favor e 102 contra. A sessão na Câmara teve quórum de 471 deputados

Olho na LDO

O governo tem pressa para a aprovação da regra fiscal para que ela seja incluída na discussão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, a ser votada até julho, antes do recesso parlamentar. Caso a nova âncora não seja avalizada dentro desse prazo, o Orçamento do próximo ano seguirá sob as regras do teto de gastos, o que limitaria a disponibilidade de recursos governamentais.

investimentos e manutenção da máquina pública", argumentou. Sugestões podem ser incorporadas por meio de emendas, mas Cajado disse que pretende formatar um texto consolidado para que não sejam necessárias, já que isso pode atrasar a tramitação. Alguns pontos têm sido questionados por parlamentares,

que têm feito recomendações para tornar o regime fiscal mais rígido do que foi apresentado. Uma das principais mudanças feitas pela relatoria inclui a redução de metas fiscais, como proibição de aumentos reais em benefícios e congelamento de novas vagas no setor público. No

entanto, o texto não contempla nenhuma sanção ao presidente da República caso a meta não seja cumprida.

O deputado Tarcísio Motta (PSol-RJ) frisou que o partido não acompanhará os demais governistas e votará contra o texto. O parlamentar lembrou dos primeiros mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em que não havia regime de controle de gastos, e cobrou mais tempo para avaliar o projeto. "O governo teve meses para elaborar; enquanto nós vamos ter alguns dias para analisar? Isso é um absurdo", criticou.

Alterações

Outra alteração importante feita pelo relator foi que despesas que estavam previstas para ficar fora do limite de gastos acabaram incluídas no teto. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a subvenção federal para o piso da enfermagem estão sujeitos ao limite de despesas. O PT tem sugerido modificações para retirar os dois pontos do contingenciamento.

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que havia já criticado a proposta do governo, votou a favor da urgência e enfatizou que o arcabouço que entrou na Casa é completamente diferente do apresentado no texto final. "Ganhou muito com o substitutivo do deputado Cajado. A despesa veio para dentro do modelo. Criou um mecanismo de responsabilização, sem ser draconiano. Avançou-se muito, reduziram-se exceções, excluídos. E outro arcabouço fiscal, que eu tenho a absoluta convicção de que é para o bem do Brasil", destacou, em seu voto.

Haddad sobre regra: "Estamos despolarizando o Brasil"

Wladimir Loures/Câmara dos Deputados



Não esperamos apenas os 257 votos para aprovar uma Lei complementar, mas um espaço ainda maior, de 300, 350 votos, para sinalizar que nós estamos despolarizando o Brasil para o bem do próprio país"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Em audiência pública na Câmara, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o novo arcabouço fiscal deve "despolarizar" o país. "Quando você tem uma Casa com 513 parlamentares, com visões diferentes, o relator fez um trabalho para tentar buscar aquele centro expandido para obter um resultado pretendido", frisou.

Haddad emendou: "Não esperamos apenas os 257 votos para aprovar uma lei complementar, mas um espaço ainda maior, de 300, 350 votos para sinalizar que nós estamos despolarizando o Brasil para o bem do próprio país".

Na conversa com os parlamentares, o ministro disse que o orçamento secreto acabou e que não há contingenciamento de emendas por força de leis. "O Orçamento está liberado, e não contingenciado. Aliás, vocês aprovaram uma lei que me impede de contingenciar quando a meta fiscal está ajustada", argumentou. "No Orçamento deste ano, só declarei que estão 100% liberadas as emendas impositivas, as individuais impositivas, de bancadas. O Ministério da Fazenda não promoveu nenhum contingenciamento", afirmou.

Ele reiterou a necessidade de se dar transparência aos benefícios fiscais concedidos pelo país e que há um diálogo com

a Controladoria-Geral da União (CGU) para a divulgação dos dados. "Do mesmo jeito que tem um cadastro do Bolsa Família, imagina a pessoa que recebe um benefício de R\$ 600 milhões, equivalente a um milhão de beneficiários do Bolsa Família, e fica dentro do Orçamento, escondido", exemplificou.

Na ocasião, Haddad destacou que medidas "saneadoras", tomadas nos últimos meses, melhoraram o perfil das contas públicas e

devem abrir espaço para um corte na taxa básica de juros (Selic), hoje em 13,75% ao ano.

"Se consultar especialistas, ninguém está falando de política aqui, mas de técnica. Muita gente que entende de economia imagina que haja espaço para iniciar o corte de juros. É um debate que pode ser feito na sociedade, um debate técnico. Não tem a ver com política", enfatizou.

Entre as medidas saneadoras

mencionadas pelo ministro, está a decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre incentivos fiscais dados por estados a empresas, que pode gerar R\$ 90 bilhões em impostos devidos nos últimos cinco anos.

O patamar da Selic tem sido alvo de críticas por integrantes do governo, que acreditam estar "freando" o crescimento econômico. Haddad afirmou que debater a taxa de juros não é ofensa.

este país voltar a crescer acima da média mundial."

Petrobras

A decisão da Petrobras de acabar com a paridade internacional para a formação dos preços dos combustíveis foi defendida por Haddad. Segundo ele, existe a possibilidade de reduzir ainda mais os valores para compensar o aumento dos tributos federais previstos para julho.

A petroleira anunciou corte dos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha. "Com o aumento previsto para 1º de julho, vai ser absorvido pela queda do preço deida para esse dia. Nós não baixamos tudo o que podíamos. Justamente esperando o 1º de julho, quando acaba o imposto de exportação e o ciclo de reatuação", justificou.

"Questionado, Haddad avaliou que a política da Petrobras permitiu cortar preços sem pressão inflacionária. "Com dólar e petróleo em queda, você consegue acomodar isso sem pressão inflacionária, pelo contrário, ajudando no combate à inflação, mas sem desorganizar as contas dos governadores", respondeu. (RG)

» Leia mais sobre arcabouço fiscal na página 14

